



**Câmara dos Deputados**  
Assessoria Técnica da Liderança do PT

## **Boletim de Indicadores Econômicos**

Ano 7 – Nº 11

Novembro de 2006

(Disponível em: <http://www.pt.org.br/assessor/economia.htm>)

- I – Setor Real
- II – Setor Público
- III – Setor Externo
- IV – Setor Financeiro

**Brasília/DF**

## ÍNDICE

<b>I. Setor Real</b>	
I.1. Produção Industrial .....	02
I.2. Taxas de Desemprego .....	03
I.3. Rendimento Real Médio .....	04
I.4. PIB .....	04
I.5. Indicadores de Inflação .....	05
<b>II. Setor Público</b>	
II.1. Dívida Líquida .....	06
II.2. Déficit .....	07
II.3. Transferências Constitucionais .....	08
II.4. Dívida Mobiliária .....	11
<b>III. Setor Externo</b>	
III.1. Dívida Externa .....	12
III.2. Reservas Internacionais .....	13
III.3. Taxa de Câmbio .....	14
III.4. Balanço de Pagamentos .....	15
III.5. Balança Comercial .....	16
<b>IV. Setor Financeiro</b>	
IV.1. Taxa de Juros Selic .....	17
IV.2. <i>Spread</i> das Operações de Crédito .....	18
IV.3. Volume de Crédito .....	19

## I. Setor Real

Tabela 1 – Produção Industrial

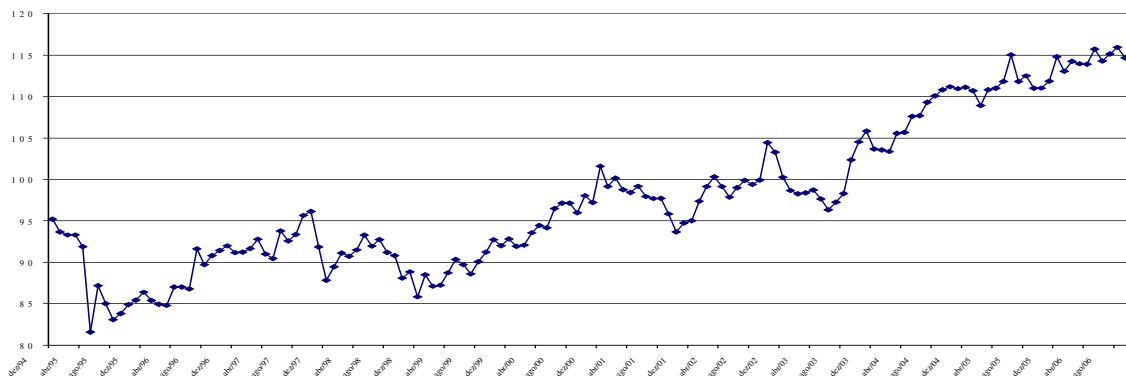
Período	Número Índice <sup>1</sup>	Crescimento em relação a igual mês do ano anterior (%)	Crescimento em relação ao mês anterior (%)	Crescimento nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores (%)	
1994	Dez	95,2	-	-	7,6
1995	Dez	86,4	-	-	1,8
1996	Dez	91,2	-	-	1,7
1997	Dez	87,8	-	-	3,9
1998	Dez	85,8	-	-	-2,0
1999	Dez	92,8	-	-	-0,7
2000	Dez	101,6	-	-	6,6
2001	Dez	95,0	-	-	1,6
2002	Dez	100,3	-	-	2,7
2003	Dez	103,7	-	-	0,0
2004	Dez	111,1	-	-	8,3
2005	Out	111,0	-0,1	0,0	4,1
	Nov	111,9	0,8	0,8	3,5
	Dez	114,8	3,3	2,6	3,1
2006	Jan	113,1	2,1	-1,5	2,9
	Fev	114,3	4,9	1,1	3,0
	Mar	114,0	2,8	-0,3	3,3
	Abr	113,9	2,6	0,0	2,6
	Mai	115,7	3,5	1,6	2,6
	Jun	114,3	-0,7	-1,2	2,0
	Jul	115,1	3,0	0,7	2,2
	Ago	115,9	3,0	0,7	2,2
	Set	114,7	3,3	-1,1	2,3
	Set	115,6	4,1	0,8	2,7

Fonte: IBGE.

1 – Índice de base fixa mensal com ajuste sazonal, média de 2002=100.

Gráfico 1 – Produção Industrial

(Número índice, média de 2002=100)



Fonte: IBGE.

Tabela 2 – Taxas de Desemprego

	(em %)				
	Taxa de desemprego IBGE <sup>1</sup>		Taxa de desocupação IBGE <sup>1</sup>		Taxa de desemprego (Dieese/Seade)
	Nacional <sup>2</sup>	São Paulo	Nacional <sup>2</sup>	São Paulo	São Paulo
1995 Média	5,0	5,5	nd	nd	13,2
1996 Média	5,8	6,7	nd	nd	15,0
1997 Média	6,1	7,1	nd	nd	15,7
1998 Média	8,3	9,4	nd	nd	18,2
1999 Média	8,3	9,1	nd	nd	19,3
2000 Média	7,8	8,1	nd	nd	17,7
2001 Média	6,8	7,0	nd	nd	17,5
2002 Média	7,9	9,2	11,7	12,7	19,0
2003 Média	nd	nd	12,3	14,1	19,9
2004 Média	nd	nd	11,5	12,6	18,8
2005 Média	nd	nd	9,8	10,2	17,0
Jan	nd	nd	10,2	11,1	16,7
Fev	nd	nd	10,6	11,5	17,1
Mar	nd	nd	10,8	11,5	17,3
Abr	nd	nd	10,8	11,4	17,5
Mai	nd	nd	10,2	10,5	17,5
Jun	nd	nd	9,4	10,5	17,5
Jul	nd	nd	9,4	9,9	17,5
Ago	nd	nd	9,4	9,4	17,1
Set	nd	nd	9,6	9,7	16,9
Out	nd	nd	9,6	9,6	16,9
Nov	nd	nd	9,6	9,7	16,4
Dez	nd	nd	8,3	7,8	15,8
2006					
Jan	nd	nd	9,2	9,2	15,7
Fev	nd	nd	10,1	10,5	16,3
Mar	nd	nd	10,4	10,6	16,9
Abr	nd	nd	10,4	10,7	16,9
Mai	nd	nd	10,2	10,5	17,0
Jun	nd	nd	10,4	10,9	16,8
Jul	nd	nd	10,7	11,3	16,7
Ago	nd	nd	10,6	11,6	16,0
Set	nd	nd	10,0	11,1	15,3
Out	nd	nd	9,8	10,5	14,6

Fontes: IBGE; Dieese/Seade.

1 – Devido a mudança metodológica, o termo “taxa de desemprego” não é mais utilizado pelo IBGE. A partir de 2002, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) passou a incorporar recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de forma a tornar mais compatíveis as informações da realidade brasileira aos padrões utilizados na maioria dos países. Assim, a informação oficial passa a ser tratada como “taxa de desocupação”.

2 – A pesquisa nacional do IBGE é feita nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

nd – dado não disponível.

De acordo com o IBGE, em outubro de 2006, a Taxa de Desocupação medida em todo País foi estimada em 9,8%, verificando-se queda de 0,2 pontos percentuais (p.p.) em relação a setembro de 2006. Quando comparado com mesmo mês do ano anterior, foi registrada uma alta de 0,2 p.p.. Em São Paulo, a Taxa sofreu uma queda de 0,6 p.p. entre os meses de outubro de 2006 (10,5%) e setembro de 2006 (10,5%). Quando comparado com outubro de 2005, foi verificou-se alta de 0,9 p.p..

Segundo a pesquisa realizada pelo Dieese/Seade, a Taxa de Desemprego total em São Paulo sofreu uma queda de 0,7 p.p entre os meses de outubro (14,6%) e setembro de 2006 (15,3%). A variação em relação ao mesmo mês no ano anterior sofreu queda de 2,3p.p..

Tabela 3 – Rendimento Real Médio em São Paulo <sup>1</sup>

		Ocupados <sup>2</sup>		Assalariados <sup>3</sup>	
		Rendimento (em R\$)	Número Índice <sup>4</sup>	Rendimento (em R\$)	Número Índice <sup>4</sup>
1996	Set	1.631	78,7	1.593	73,5
1997	Set	1.601	77,2	1.575	72,7
1998	Set	1.508	72,7	1.518	70,0
1999	Set	1.453	70,1	1.488	68,6
2000	Set	1.391	67,1	1.404	64,8
2001	Set	1.214	58,6	1.255	57,9
2002	Set	1.153	55,6	1.198	55,3
2003	Set	1.054	50,9	1.129	52,1
2004	Set	1.069	51,6	1.143	52,7
2005	Set	1.098	53,0	1.176	54,3
	Out	1.081	52,2	1.159	53,5
	Nov	1.088	52,5	1.171	54,0
	Dez	1.092	52,7	1.173	54,1
2006	Jan	1.094	52,8	1.173	54,1
	Fev	1.077	51,9	1.145	52,8
	Mar	1.052	50,8	1.116	51,5
	Abr	1.039	50,1	1.103	50,9
	Mai	1.042	50,3	1.111	51,2
	Jun	1.072	51,7	1.130	52,2
	Jul	1.127	54,4	1.188	54,8
	Ago	1.151	55,6	1.211	55,9
	Set	1.145	55,2	1.207	55,7

Fonte: Dieese/Seade.

1 – Região metropolitana da Grande São Paulo. Valores corrigidos pelo ICV-Dieese/SP, para o último mês da série.

2 – Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

3 – Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

4 – Base: média de 1985 = 100.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto (PIB)

Período	Nominal (R\$ bilhões)	Taxa real de variação do PIB	Índice do PIB real	PIB <i>per capita</i> (valores reais de 2005)	Taxa real de variação do PIB <i>per capita</i>	Índice do PIB <i>per capita</i>
1994	349,2	5,9	77,1	9.551,6	4,2	90,8
1995	646,2	4,2	80,4	9.801,9	2,6	93,2
1996	778,9	2,7	82,5	9.909,8	1,1	94,2
1997	870,7	3,3	85,2	10.080,5	1,7	95,8
1998	914,2	0,1	85,3	9.943,7	-1,4	94,5
1999	973,8	0,8	86,0	9.873,2	-0,7	93,9
2000	1.101,3	4,4	89,7	10.151,8	2,8	96,5
2001	1.198,7	1,3	90,9	10.134,6	-0,2	96,3
2002	1.346,0	1,9	92,7	10.179,4	0,4	96,8
2003	1.556,2	0,5	93,2	10.086,6	-0,9	95,9
2004	1.766,6	4,9	97,8	10.432,9	3,4	99,2
2005	1.937,6	2,3	100,0	10.519,9	0,8	100,0

Fonte: IBGE.

Tabela 5 – Indicadores de Inflação

													(em %)											
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2005	2006										Últimos 12 meses	
													Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set		Out
IGP-DI (FGV)	14,8	9,3	7,5	1,7	20,0	9,8	10,4	26,4	7,7	12,1	1,2	0,1	0,7	-0,1	-0,5	0,0	0,4	0,7	0,2	0,4	0,2	0,8	0,6	3,6
IGP-M (FGV)	15,2	9,2	7,7	1,8	20,1	10,0	10,4	25,3	8,7	12,4	1,2	0,0	0,9	0,0	-0,2	-0,4	0,4	0,8	0,2	0,4	0,3	0,5	0,8	3,5
IPC-DI (FGV)	25,9	11,3	7,2	1,7	9,1	6,2	7,9	12,2	8,9	6,3	4,9	0,5	0,7	0,0	0,2	0,3	-0,2	-0,4	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2	1,9
IPA-DI (FGV)	6,4	8,1	7,8	1,5	28,9	12,1	11,9	35,4	6,3	14,7	-1,0	-0,1	0,8	-0,1	-0,8	-0,2	0,5	1,1	0,2	0,5	0,3	1,2	0,8	4,0
IPA-Agro (FGV)	-5,6	17,3	17,7	4,9	29,9	13,1	16,0	47,3	4,5	2,7	-6,3	0,6	0,6	-0,8	-3,2	-0,9	-0,3	1,7	0,5	1,2	1,2	5,2	2,4	8,3
IPA-Ind (FGV)	13,1	3,9	3,1	-0,2	28,3	11,6	10,3	30,9	6,9	19,5	0,9	-0,4	0,9	0,1	-0,1	0,1	0,7	0,9	0,1	0,3	0,0	-0,1	0,2	2,7
INPC (IBGE)	22,0	9,1	4,3	2,5	8,4	5,3	9,4	14,7	10,4	6,1	5,0	0,4	0,4	0,2	0,3	0,1	0,1	-0,1	0,1	0,0	0,2	0,4	0,4	2,6
IPCA (IBGE)	22,4	9,6	5,2	1,7	8,9	6,0	7,7	12,5	9,3	7,6	5,7	0,4	0,6	0,4	0,4	0,2	0,1	-0,2	0,2	0,1	0,2	0,3	0,3	3,0
IPC-SP (FIPE)	23,2	10,0	4,8	-1,8	8,6	4,4	7,1	9,9	8,2	6,6	4,5	0,3	0,5	0,0	0,1	0,0	-0,2	-0,3	0,2	0,1	0,3	0,4	0,4	1,8
ICV (Dieese)	27,4	9,9	6,1	0,5	9,6	7,2	9,4	12,9	9,6	7,7	4,5	0,2	0,7	0,1	0,5	-0,1	-0,4	-0,2	-0,1	0,3	0,4	0,3	0,3	2,1

Fontes: Dieese, FGV, IBGE.

nd – dado não disponível.

Segundo a tabela acima observa-se que o IPA-DI (Índice de Preços por Atacado - disponibilidade interna) registrou uma queda na sua taxa de variação de 1,2%, em outubro, para 0,8%, em novembro. O IGP-DI (Índice Geral de Preços - disponibilidade interna) teve variação de 0,6% em novembro, apresentando queda em relação ao mês anterior. O IPC-DI (Índice de Preços ao Consumidor - disponibilidade interna) registrou alta na sua taxa de variação de 0,1%, em outubro, para 0,2%, em novembro.

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) se mantiveram estáveis em relação ao mês anterior, com taxas 0,3% e 0,4% em novembro, respectivamente.

Em novembro, o ICV (Índice de Custo de Vida no município de São Paulo) registrou inflação, fechando com taxa de 0,3%.

## II. Setor Público

Tabela 6 – Dívida Líquida do Setor Público <sup>1</sup>

(R\$ bilhões)

Discriminação	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
<b>1. Dívida total líquida (2+3)</b>	208,5	30,6	269,2	33,3	308,4	34,4	385,9	41,7	516,6	48,7	563,2	48,8	660,9	52,6	881,1	55,5	913,1	57,2	957,0	51,7	1.002,5	51,6	1.042,9	49,5
1.1 Governo federal e Bacen	90,4	13,3	128,4	15,9	167,7	18,7	231,3	25,0	316,2	29,8	353,0	30,6	411,8	32,8	560,8	35,3	578,7	36,3	601,5	32,5	664,2	34,2	715,5	33,9
1.2 Governos estaduais <sup>2</sup>	72,5	10,6	93,3	11,5	115,9	12,9	113,2	12,2	147,9	13,9	161,2	14,0	203,4	16,2	258,0	16,3	278,0	17,4	306,0	16,5	305,7	15,8	308,7	14,7
1.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	17,7	1,9	22,9	2,2	24,1	2,1	26,2	2,1	35,0	2,2	38,7	2,4	45,1	2,4	44,3	2,3	45,9	2,2
1.4 Empresas Estatais	45,6	6,7	47,4	5,9	24,8	2,8	23,7	2,6	29,6	2,8	24,9	2,2	19,5	1,6	27,3	1,7	17,7	1,1	4,5	0,2	-11,8	-0,6	-27,2	-1,3
<b>2 Dívida interna líquida</b>	170,3	25,0	237,6	29,4	269,8	30,1	328,7	35,5	407,8	38,4	451,8	39,2	530,0	42,2	654,3	41,2	726,7	45,5	818,1	44,2	952,2	49,1	1.087,6	51,6
2.1 Governo federal e Bacen	66,7	9,8	115,7	14,3	150,3	16,7	192,5	20,8	233,1	22,0	267,6	23,2	308,5	24,6	363,2	22,9	418,5	26,2	476,4	25,7	617,4	31,8	748,9	35,5
2.2 Governos estaduais <sup>2</sup>	70,2	10,3	90,3	11,2	111,6	12,4	107,7	11,6	139,4	13,1	151,6	13,1	192,2	15,3	239,6	15,1	261,6	16,4	290,0	15,7	292,7	15,1	296,3	14,1
2.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	17,1	1,9	22,0	2,1	22,7	2,0	24,4	1,9	32,1	2,0	36,1	2,3	42,4	2,3	42,2	2,2	43,9	2,1
2.4 Empresas Estatais	33,4	4,9	31,5	3,9	8,0	0,9	11,5	1,2	13,4	1,3	10,0	0,9	5,0	0,4	19,4	1,2	10,5	0,7	9,3	0,5	-0,2	0,0	-1,5	-0,1
<b>3. Dívida externa líquida</b>	38,1	5,6	31,6	3,9	38,6	4,3	57,2	6,2	108,8	10,3	111,3	9,6	130,8	10,4	226,8	14,3	186,5	11,7	138,9	7,5	50,3	2,6	-44,7	-2,1
3.1 Governo federal e Bacen <sup>3</sup>	23,7	3,5	12,7	1,6	17,5	2,0	38,8	4,2	83,2	7,8	85,4	7,4	103,3	8,2	197,6	12,5	160,3	10,0	125,1	6,8	46,8	2,4	-33,4	-1,6
3.2 Governos estaduais <sup>2</sup>	2,3	0,3	3,0	0,4	4,3	0,5	5,5	0,6	8,5	0,8	9,6	0,8	11,3	0,9	18,4	1,2	16,4	1,0	16,0	0,9	13,0	0,7	12,4	0,6
3.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,7	0,1	0,9	0,1	1,4	0,1	1,8	0,1	2,9	0,2	2,6	0,2	2,7	0,1	2,2	0,1	1,9	0,1
3.4 Empresas Estatais	12,2	1,8	15,9	2,0	16,8	1,9	12,2	1,3	16,2	1,5	14,9	1,3	14,6	1,2	7,9	0,5	7,1	0,5	-4,8	-0,3	-11,6	-0,6	-25,6	-1,2

Fonte: Bacen.

1 – Os dados são de final de ano. Utiliza-se o PIB acumulado no ano valorizado pelo IGP-DI centrado no mês.

2 – Para os anos de 1994 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

3 – Descontadas as reservas internacionais.

nd – dado não disponível.

Observa-se que a Dívida Líquida do Setor Público fechou outubro de 2006 em R\$ 1.042,9 bilhões, o que representou 49,5% do PIB.

Tabela 7 – Déficit do Setor Público <sup>1</sup>

(Últimos 12 meses - R\$ bilhões)

Discriminação	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		Até outubro 2006	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
<b>1. Nominal</b> <sup>2</sup>	47,0	7,3	45,7	5,9	53,2	6,1	72,5	7,9	96,2	10,0	49,3	4,5	72,1	5,2	138,3	10,3	56,3	3,6	43,8	2,5	59,1	3,1	67,8	3,3
1.1 Governo federal e Bacen <sup>3</sup>	15,4	2,4	19,9	2,6	22,9	2,6	49,4	5,4	66,2	6,9	34,5	3,1	44,5	3,7	86,7	6,4	39,4	2,5	23,7	1,3	68,7	3,6	72,8	3,5
1.2 Governos estaduais <sup>5</sup>	23,1	3,6	21,1	2,7	26,4	3,0	16,4	1,8	26,1	2,7	20,0	1,8	23,1	1,9	43,8	3,3	22,9	1,5	27,5	1,6	4,8	0,3	11,3	0,6
1.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	2,0	0,2	4,5	0,5	3,0	0,3	1,2	0,1	7,7	0,6	4,1	0,3	6,5	0,4	0,7	0,0	2,0	0,1
1.4 Empresas Estatais	8,6	1,3	4,7	0,6	3,9	0,5	4,7	0,5	-0,6	-0,1	-8,1	-0,7	3,3	-0,6	0,1	0,0	-10,1	-0,7	-13,9	-0,8	-15,1	-0,8	-18,3	-0,9
<b>2. Juros nominais</b> <sup>2</sup>	48,8	7,5	45,0	5,8	44,9	5,2	72,6	7,9	127,2	13,2	87,4	7,9	105,6	8,8	190,7	14,2	122,5	7,9	124,9	7,1	152,6	7,9	157,3	7,6
2.1 Governo federal e Bacen <sup>3</sup>	18,7	2,9	22,9	2,9	20,5	2,4	54,4	6,0	88,9	9,2	54,9	5,0	66,4	5,5	118,6	8,8	78,2	5,0	76,1	4,3	124,5	6,4	125,9	6,1
2.2 Governos estaduais <sup>5</sup>	21,9	3,4	16,8	2,2	19,9	2,3	12,7	1,4	27,7	2,9	24,5	2,2	30,3	2,5	52,4	3,9	34,9	2,2	43,6	2,5	21,9	1,1	27,5	1,3
2.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	4,0	0,4	5,0	0,5	4,4	0,4	4,4	0,4	9,8	0,7	6,0	0,4	7,9	0,5	4,8	0,3	5,6	0,3
2.4 Empresas Estatais	8,1	1,3	5,3	0,7	4,4	0,5	1,5	0,2	5,7	0,6	3,6	0,3	4,5	0,4	9,9	0,7	3,5	0,2	-2,6	-0,2	1,4	0,1	-1,8	-0,1
<b>3. Primário</b> <sup>4</sup>	-1,7	-0,3	0,7	0,1	8,3	1,0	-0,1	0,0	-31,1	-3,2	-38,2	-3,5	-33,6	-3,6	-52,4	-3,9	-66,2	-4,3	-81,1	-4,6	-93,5	-4,8	-89,4	-4,3
3.1 Governo federal e Bacen <sup>3</sup>	-3,3	-0,5	-2,9	-0,4	2,4	0,3	-5,0	-0,6	-22,7	-2,4	-20,4	-1,9	-22,0	-1,8	-31,9	-2,4	-38,7	-2,5	-52,4	-3,0	-55,7	-2,9	-53,1	-2,6
3.2 Governos estaduais <sup>5</sup>	1,2	0,2	4,2	0,5	6,4	0,7	3,7	0,4	-1,6	-0,2	-4,6	-0,4	-7,2	-0,6	-8,6	-0,6	-11,9	-0,8	-16,1	-0,9	-17,2	-0,9	-16,2	-0,8
3.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	-2,0	-0,2	-0,5	-0,1	-1,4	-0,1	-3,3	-0,3	-2,1	-0,2	-1,9	-0,1	-1,4	-0,1	-4,1	-0,2	-3,5	-0,2
3.4 Empresas Estatais	0,5	0,1	-0,6	-0,1	-0,5	-0,1	3,2	0,4	-6,3	-0,7	-11,7	-1,1	-1,1	-0,9	-9,8	-0,7	-13,6	-0,9	-11,2	-0,6	-16,4	-0,9	-16,6	-0,8

Fonte: Bacen.

1 – Calculado a partir da variação da dívida do setor público (“abaixo da linha”). Valores negativos significam superávit.

2 – Inclui a desvalorização cambial (em valores correntes).

3 – Inclui o INSS.

4 – Não inclui a desvalorização cambial.

5 – Para os anos de 1995 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

nd – dado não disponível.

O Déficit Total do Setor Público acumulado em 12 meses, registrado em outubro, foi de R\$ 67,8 bilhões, o que representou 3,3% do PIB.

## Transferências Constitucionais

Aos recursos que a União transfere aos Estados e Municípios por determinação da Lei Maior dá-se o nome Transferências Constitucionais. Este rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico mais harmônico entre os diferentes Estados e Municípios do país.

Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos.

Seguem abaixo alguns conceitos:

- **ITR** – *Imposto Territorial Rural* – O ITR tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, anualmente. Está previsto no Art. 158, inc. II da Constituição Federal o percentual que a União deve repassar aos municípios. Na Lei Nº 9.393 de 19 de dezembro de 1996 está descrito o ITR em mais detalhes.

- **FPE** – *Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal* – O FPE é constituído por 21,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). Este percentual está previsto no Art. 159, inc. I, alínea “a”. da Constituição Federal. O Art. 86 do Código Tributário Nacional descreve em mais detalhes como Fundo é constituído.

- **FPM** – *Fundo de Participação dos Municípios* – O FPM é constituído por 22,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). No Art. 159, inc. I, alínea “b” da Constituição Federal está previsto o percentual que a União deverá repassar aos Municípios.

- **IPI - exportação** – *Imposto sobre Produtos Industrializados - exportação* – O IPI incide sobre produtos industrializados, como por exemplo bebidas e automóveis. Está previsto no Art. 159, inc. II da Constituição Federal, o percentual que a União deve repassar aos Estados e Distrito Federal. Desse percentual os Municípios recebem 25%, conforme determina o Art. 159, § 3º da Constituição Federal.

- **IOF ouro** – *Imposto sobre Operações Financeiras Ouro* – O ouro destinado ao mercado financeiro sujeita-se, desde sua extração inclusive, exclusivamente à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários. Está previsto no Art. 153, § 5º, inc. I e II da Constituição Federal o percentual de repasse da União para os Estados, DF e Municípios. A Lei 7.766, de 11 de maio de 1989, dispõe sobre o ouro, ativo financeiro e sobre seu tratamento tributário.

- **Desoneração ICMS** – *Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços* – O ICMS incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, e está previsto no Art. 155, inc. II da Constituição Federal. Por outro lado, o inc. X do § 2º do mesmo artigo define as condições de não incidência de ICMS. Além disso, a Lei Complementar 87/96 determina a desoneração e o respectivo ressarcimento aos Estados, DF e Municípios.

- **FUNDEF** – *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério* – É um fundo de natureza contábil, instituído no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal com a finalidade exclusiva de financiar projetos e programas do ensino fundamental. Os repasses ao Fundo serão feitos de forma automática, para contas únicas e específicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, abertas para a finalidade, mantidas no Banco do Brasil S.A. O FUNDEF foi criado pela EC n.º 14/96 e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96.

- **FEX** – *Auxílio Financeiro para Fomentar as Exportações* – O FEX tem como objetivo fomentar as exportações do País, ficando a União responsável por repassar o auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará diretamente ao próprio Estado 75%, e aos seus Municípios, 25%. A Lei 10.966 de 9 de novembro de 2004 estabelece detalhadamente os repasses realizados.

- **CIDE** – *Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico* – Esta modalidade de CIDE é um tributo que incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Essa contribuição será distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o Art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001. Está previsto no Art. 159 inc. III da Constituição Federal o percentual de 25% que a União deverá repassar aos Estados e DF.

Tabela 8a – Transferências Constitucionais da União aos Estados.

(acumulado de 2006 até novembro - R\$ mil)

	Estados							Total
	FPE	IOF ouro	FUNDEF	Desoneração ICMS	IPI - Exportação <sup>1</sup>	FEX	CIDE <sup>2</sup>	
Acre	865.580	0	112.255	1.037	135	2.101	9.499	990.607
Alagoas	1.052.587	0	74.304	9.575	5.280	28.259	19.126	1.189.130
Amazonas	706.026	12	87.860	11.485	45.431	24.454	20.310	895.578
Amapá	863.303	147	126.827	4.632	118	7.978	8.147	1.011.151
Bahia	2.377.423	0	181.623	42.353	97.109	44.236	95.384	2.838.126
Ceará	1.856.379	3	79.419	18.561	16.076	19.577	47.507	2.037.522
Distrito Federal	174.634	0	43.056	12.303	677	5.306	24.096	260.072
Espírito Santo	379.529	0	62.994	48.582	64.985	76.406	27.782	660.278
Goiás	719.360	0	143.860	15.210	13.618	22.961	64.018	979.026
Maranhão	1.826.346	8	126.384	19.130	16.351	34.389	42.399	2.065.006
Minas Gerais	1.127.076	0	479.450	147.047	173.430	97.434	142.344	2.166.781
Mato Grosso do Sul	337.022	0	60.066	14.069	11.100	16.035	32.290	470.582
Mato Grosso	583.944	192	100.154	22.117	14.374	66.584	39.755	827.118
Pará	1.546.456	437	130.314	49.726	64.946	105.231	39.481	1.936.591
Paraíba	1.211.685	0	137.684	3.276	5.336	10.100	25.131	1.393.213
Pernambuco	1.745.886	0	179.896	16.929	11.603	11.374	45.232	2.010.920
Piauí	1.093.399	0	72.028	3.437	686	7.324	26.010	1.202.884
Paraná	729.506	1	255.150	114.894	169.716	99.060	95.500	1.463.828
Rio de Janeiro	386.538	62	72.420	66.834	176.696	40.893	68.266	811.709
Rio Grande do Norte	1.057.090	0	112.040	4.127	7.777	13.516	26.845	1.221.394
Rondônia	712.402	80	85.326	2.842	2.222	8.017	17.725	828.613
Roraima	627.666	8	106.369	436	89	1.737	9.339	745.642
Rio Grande do Sul	595.811	0	255.219	114.460	212.412	91.782	82.635	1.352.319
Santa Catarina	323.814	0	141.667	40.924	128.447	62.552	50.504	747.907
Sergipe	1.051.372	0	93.083	2.854	1.076	2.870	16.290	1.167.546
São Paulo	253.020	5	478.336	354.871	309.986	162.916	239.559	1.798.692
Tocantins	1.098.105	0	146.182	897	254	4.914	26.845	1.277.198
<b>Total</b>	<b>25.301.958</b>	<b>956</b>	<b>3.943.966</b>	<b>1.142.607</b>	<b>1.549.928</b>	<b>1.068.004</b>	<b>1.342.017</b>	<b>34.349.435</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 8b – Transferências Constitucionais da União aos Municípios.

(acumulado de 2006 até novembro - R\$ mil)

	Municípios								Total
	FPM	IOF ouro	FUNDEF	Desoneração ICMS	IPI - Exportação <sup>1</sup>	ITR	FEX	CIDE <sup>2</sup>	
Acre	148.967	0	67.059	346	45	199	700	3.166	220.483
Alagoas	630.338	0	226.178	3.192	1.760	594	9.420	6.375	877.856
Amazonas	372.655	29	115.887	3.828	15.144	592	8.151	6.770	523.056
Amapá	101.057	343	44.472	1.544	39	261	2.659	2.716	153.092
Bahia	2.364.162	0	687.941	14.118	32.370	5.711	14.745	31.795	3.150.842
Ceará	1.380.050	7	499.865	6.187	5.359	865	6.526	15.836	1.914.695
Distrito Federal	56.144	0	0	0	226	360	0	0	56.730
Espírito Santo	471.924	0	113.984	16.194	21.662	1.389	25.469	9.261	659.881
Goiás	960.015	0	159.283	5.070	4.539	10.855	7.654	21.339	1.168.755
Maranhão	1.096.568	18	558.673	6.377	5.450	1.738	11.463	14.133	1.694.419
Minas Gerais	3.480.922	0	409.132	49.016	57.810	16.395	32.478	47.448	4.093.201
Mato Grosso do Sul	392.118	0	74.528	4.690	3.700	13.125	5.345	10.763	504.269
Mato Grosso	490.586	447	98.055	7.372	4.791	11.108	22.195	13.252	647.805
Pará	960.149	1.019	427.076	16.575	21.649	2.778	35.077	13.160	1.477.484
Paraíba	853.756	0	228.831	1.092	1.779	488	3.367	8.377	1.097.689
Pernambuco	1.290.118	0	362.582	5.643	3.868	1.180	3.791	15.077	1.682.260
Piauí	682.418	0	242.321	1.146	229	1.239	2.441	8.670	938.463
Paraná	1.802.665	3	258.670	38.298	56.572	16.940	33.020	31.833	2.238.002
Rio de Janeiro	777.373	146	190.277	22.278	58.899	1.699	13.631	22.755	1.087.057
Rio Grande do Norte	656.933	0	193.236	1.376	2.592	473	4.505	8.948	868.064
Rondônia	241.596	186	84.218	947	741	828	2.672	5.908	337.097
Roraima	139.060	18	29.059	145	30	162	579	3.113	172.166
Rio Grande do Sul	1.769.364	0	238.629	38.157	70.804	13.583	30.594	27.545	2.188.676
Santa Catarina	1.028.235	0	136.782	13.641	42.816	3.334	20.851	16.835	1.262.493
Sergipe	374.567	0	159.478	951	359	468	957	5.430	542.210
São Paulo	3.554.830	12	338.443	118.618	103.329	30.070	54.305	79.853	4.279.460
Tocantins	412.211	1	120.615	299	85	2.137	1.638	8.948	545.934
<b>Total</b>	<b>26.488.780</b>	<b>2.230</b>	<b>6.065.275</b>	<b>377.100</b>	<b>516.643</b>	<b>138.571</b>	<b>354.233</b>	<b>439.307</b>	<b>34.382.137</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 9 – Dívida Mobiliária Federal em Poder do Mercado<sup>1</sup>

		(R\$ bilhões)			
Período		Emitida pelo Tesouro Nacional	Emitida pelo Banco Central	Total	Total real <sup>2</sup>
1994	Dez	35,3	26,5	61,8	196,0
1995	Dez	59,1	49,3	108,5	299,9
1996	Dez	93,1	83,1	176,2	445,6
1997	Dez	190,3	65,2	255,5	601,2
1998	Dez	219,2	104,7	323,9	749,1
1999	Dez	351,9	63,0	414,9	799,9
2000	Dez	432,2	83,9	516,1	906,2
2001	Dez	492,9	122,0	615,0	978,0
2002	Dez	636,0	66,8	702,8	884,1
2003	Dez	767,1	30,7	797,7	932,1
2004	Dez	856,2	13,5	869,7	906,3
2005					
	Out	993,9	9,8	1.003,7	1.037,3
	Nov	1.005,1	6,3	1.011,4	1.041,8
	Dez	1.010,1	6,7	1.016,8	1.046,7
2006					
	Jan	1.049,9	6,5	1.056,4	1.079,7
	Fev	1.057,4	6,2	1.063,6	1.087,7
	Mar	1.075,0	6,4	1.081,4	1.110,9
	Abr	1.082,9	6,0	1.088,9	1.118,4
	Mai	1.096,6	6,6	1.103,2	1.128,8
	Jun	1.095,2	6,3	1.101,5	1.119,6
	Jul	1.119,2	6,4	1.125,6	1.142,1
	Ago	1.127,2	6,3	1.133,6	1.145,5
	Set	1.143,6	6,5	1.150,1	1.159,4
	Out	1.163,7	2,8	1.166,5	1.166,5

Fonte: Bacen.

1 – Posição de custódia.

2 – Corrigido pelo IGD-DI do último mês.

## III. Setor Externo

Tabela 10 – Dívida Externa Total por Devedor

(US\$ bilhões)

Discriminação	1999	2000	2001	2002	2003 <sup>1</sup>	2004 <sup>1</sup>	2005 <sup>1</sup>				2006 <sup>1</sup>	
							Mar	Jun	Set	Dez	Mar	Jun
<b>1 Dívida de médio e longo prazos<sup>2</sup></b>	199,0	189,5	182,3	187,3	194,7	182,6	181,5	174,6	166,7	150,7	148,8	140,3
1.2 Setor público não-financeiro	97,4	89,8	92,8	110,3	119,8	114,7	114,9	110,0	104,1	87,6	82,6	75,5
1.3 Setor privado e setor público financeiro	101,6	99,7	89,5	77,0	75,0	67,9	66,6	64,6	62,6	63,1	66,2	64,8
<b>2 Dívida de curto prazo</b>	26,6	27,4	27,7	23,4	20,2	18,7	20,5	16,8	16,4	18,8	17,8	16,4
2.1 Setor público não-financeiro	3,3	2,6	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2.2 Setor privado e setor público financeiro	23,3	24,8	27,2	23,3	20,2	18,7	20,5	16,7	16,4	18,8	17,8	16,4
<b>3 Dívida externa total<sup>3</sup></b>	225,6	216,9	209,9	210,7	214,9	201,4	201,9	191,3	183,2	169,5	166,7	156,7
3.1 Setor público não-financeiro	100,7	92,4	93,2	110,4	119,8	114,7	114,9	110,0	104,1	87,6	82,6	75,5
3.2 Setor privado e setor público financeiro	124,9	124,6	116,8	100,3	95,1	86,7	87,0	81,3	79,0	81,9	84,0	81,2

Fonte: Bacen.

1 – Dados estimados.

2 – Dívida registrada no Bacen.

3 – Exclui estoque de principal relativo a empréstimos intercompanhia. Em março de 2001, houve revisão metodológica.

Tabela 11 – Reservas Internacionais <sup>1</sup>

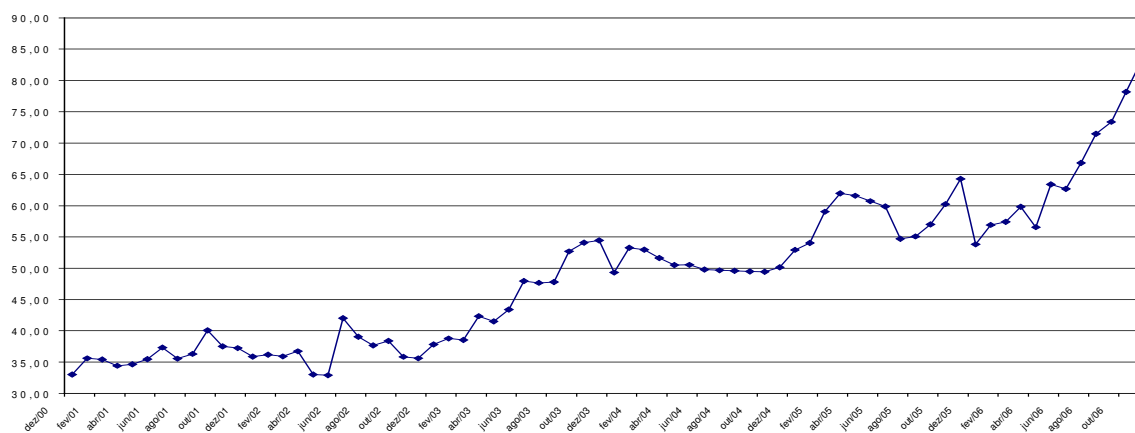
		(US\$ bilhões)
1995	Dez	51,8
1996	Dez	60,1
1997	Dez	52,2
1998	Dez	44,6
1999	Dez	36,3
2000	Dez	33,0
2001	Dez	35,9
2002	Dez	37,8
2003	Dez	49,3
2004	Dez	52,9
2005		
	Nov	64,3
	Dez	53,8
2006		
	Jan	56,9
	Fev	57,4
	Mar	59,8
	Abr	56,6
	Mai	63,4
	Jun	62,7
	Jul	66,8
	Ago	71,5
	Set	73,4
	Out	78,2
	Nov	83,1

Fonte: Bacen.

1 – Conceito de liquidez.

Gráfico 2 – Reservas Internacionais

(US\$ bilhões - mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 12– Taxa de Câmbio <sup>1</sup>

	US\$	€
1995	0,97	nd
1996	1,04	nd
1997	1,12	nd
1998	1,21	nd
1999	1,79	1,81
2000	1,96	1,84
2001	2,32	2,06
2002	3,53	3,70
2003	2,89	3,65
2004	2,65	3,62
2005		
Nov	2,21	2,60
Dez	2,34	2,77
2006		
Jan	2,22	2,70
Fev	2,14	2,54
Mar	2,17	2,63
Abr	2,09	2,64
Mai	2,30	2,95
Jun	2,16	2,77
Jul	2,18	2,78
Ago	2,14	2,74
Set	2,17	2,76
Out	2,14	2,74
Nov	2,17	2,87

Fonte: Bacen.

1 – Final de período.

nd – dado não disponível.

O dólar apresentou em novembro de 2006 sua cotação em R\$ 2,17. Com isso, verificou-se uma alta de 1,1% em relação ao mês anterior.

Comparando novembro de 2006 com mesmo mês do ano anterior, o dólar sofreu uma queda de 1,8%.

A desvalorização da moeda brasileira observada durante o mês de novembro guarda a relação com os movimentos especulativos em torno da tendência da política monetária do FED norte-americano. Assim, com a eventualidade de aumento de taxa de juros naquela país, há pressão sobre o dólar em nosso mercado interno, em razão da iminência da fuga de capital para aquele centro financeiro.

Tabela 13 – Balanço de Pagamentos: itens selecionados.

(US\$ milhões)

	Saldo em Conta Corrente		Remessa de Juros		Remessa de Lucros <sup>1</sup>	
	Valores	% PIB <sup>2</sup>	Valores	% PIB <sup>2</sup>	Valores	% PIB <sup>2</sup>
1994	-1.811,2	-0,3	7.855,7	1,4	2.882,8	0,5
1995	-18.383,8	-2,6	10.427,0	1,5	3.396,6	0,5
1996	-23.502,0	-3,0	12.388,7	1,6	3.726,6	0,5
1997	-30.452,4	-3,8	13.499,8	1,7	6.181,1	0,8
1998	-33.415,9	-4,2	15.321,0	1,9	7.163,0	0,9
1999	-25.334,8	-4,7	17.100,4	3,2	5.514,9	1,0
2000	-24.224,4	-4,0	17.095,7	2,8	4.253,0	0,7
2001	-23.214,5	-4,6	17.621,2	3,5	5.226,2	1,0
2002	-7.636,8	-1,7	15.275,0	3,3	6.020,0	1,3
2003	4.177,3	0,8	15.327,5	3,0	6.403,2	1,3
2004	11.711,1	1,9	15.289,0	2,5	8.257,3	1,4
2005						
Jan – Dez	14.192,7	1,8	15.713,1	2,0	13.337,2	1,7
Jan	802,1	1,3	1.161,4	1,9	391,3	0,6
Fev	129,9	0,2	1.360,1	2,2	1.390,0	2,3
Mar	1.729,4	2,6	969,3	1,5	783,0	1,2
Abr	715,4	1,1	1.772,9	2,7	1.291,9	1,9
Mai	596,6	0,9	1.141,9	1,7	1.550,5	2,3
Jun	1.285,3	1,9	1.233,0	1,8	1.061,4	1,6
Jul	2.566,4	3,9	1.561,5	2,3	696,3	1,0
Ago	803,4	1,2	1.465,5	2,1	1.093,9	1,6
Set	2.387,6	3,5	1.155,1	1,7	742,8	1,1
Out	878,8	1,3	1.533,6	2,3	1.259,1	1,9
Nov	1.730,9	2,6	1.144,1	1,7	783,6	1,2
Dez	566,9	0,9	1.214,7	1,8	2.293,4	3,5
2006						
Jan	-353,1	-0,5	1.771,2	2,5	1.562,2	2,2
Fev	601,9	0,8	1.229,9	1,7	866,9	1,2
Mar	1.278,3	1,6	1.280,8	1,6	1.507,3	1,9
Abr	187,4	0,2	1.428,2	1,9	1.632,3	2,2
Mai	404,4	0,5	1.153,0	1,5	2.044,7	2,6
Jun	574,7	0,7	1.586,4	2,1	2.048,1	2,7
Jul	3.039,2	3,9	1.474,4	1,9	914,0	1,2
Ago	2.127,2	2,6	1.141,9	1,4	1.043,8	1,3
Set	2.276,0	2,9	1.390,6	1,7	879,3	1,1
Out	1.525,7	1,9	1.244,3	1,6	910,6	1,1

Fonte: Bacen.

1 – Lucros e dividendos - exclusive lucros reinvestidos.

2 – PIB convertido em dólar pela taxa de câmbio média do período.

Diante deste quadro, pode-se destacar que o acumulado de Remessa de Juros de janeiro a outubro de 2006 alcançou R\$ 13,7 bilhões, ou seja, 2,6% a mais que no mesmo período de 2005. Destaca-se também o acumulado da Remessa de Lucros que alcançou R\$13,4 bilhões até outubro de 2006, contra R\$ 10,3 bilhões no mesmo período de 2005, ou seja, um salto de 30,7%.

Tabela 14 – Balança Comercial – FOB

(US\$ bilhões)

Período	Exportações			Importações			Saldo	
	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice <sup>1</sup>	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice <sup>1</sup>	Mensal	Últimos 12 meses
1995 Dez	3,9	46,5	100,0	3,9	50,0	100,0	-0,1	-3,5
1996 Dez	3,8	47,7	102,7	5,6	53,3	106,8	-1,8	-5,6
1997 Dez	4,5	53,0	114,0	5,3	59,7	119,6	-0,8	-6,8
1998 Dez	3,9	51,1	110,0	4,5	57,8	115,6	-0,5	-6,6
1999 Dez	4,7	48,0	103,2	4,4	49,3	98,6	0,2	-1,3
2000 Dez	4,7	55,1	118,4	4,9	55,8	111,7	-0,2	-0,8
2001 Dez	4,3	58,2	125,2	3,5	55,6	111,2	0,9	2,7
2002 Dez	5,2	60,4	129,8	3,4	47,2	94,5	1,8	13,1
2003 Dez	6,7	73,1	157,1	4,0	48,3	96,7	2,7	24,8
2004 Dez	9,2	96,5	207,4	5,7	62,8	125,7	3,5	33,6
2005								
Jan	7,4	98,1	211,0	5,3	63,9	127,8	2,2	34,3
Fev	7,8	100,2	215,4	5,0	65,1	130,2	2,8	35,1
Mar	9,3	101,5	218,2	5,9	65,6	131,4	3,3	35,8
Abr	9,2	104,1	223,8	5,3	66,3	132,8	3,9	37,7
Mai	9,8	106,0	227,9	6,4	67,9	135,9	3,4	38,1
Jun	10,2	106,8	229,7	6,2	68,5	137,1	4,0	38,3
Jul	11,1	108,9	234,2	6,1	69,1	138,2	5,0	39,9
Ago	11,3	111,2	239,1	7,7	71,1	142,4	3,7	40,1
Set	10,6	112,9	242,8	6,3	71,7	143,5	4,3	41,2
Out	9,9	114,0	245,1	6,2	72,1	144,3	3,7	41,9
Nov	10,8	116,6	250,7	6,7	72,7	145,5	4,1	43,9
Dez	10,9	118,3	254,4	6,6	73,6	147,3	4,3	44,7
2006								
Jan	9,3	120,1	258,3	6,5	74,8	149,7	2,8	45,3
Fev	8,8	121,1	260,5	6,0	75,8	151,6	2,8	45,4
Mar	11,4	123,2	265,0	7,7	77,6	155,3	3,6	45,7
Abr	9,8	123,8	266,3	6,7	79,0	158,1	3,1	44,9
Mai	10,3	124,3	267,3	7,3	79,9	159,9	3,0	44,4
Jun	11,4	125,5	269,9	7,4	81,1	162,2	4,1	44,5
Jul	13,6	128,1	275,4	8,0	83,0	166,1	5,6	45,1
Ago	13,6	130,4	280,4	9,1	84,4	169,0	4,5	45,9
Set	12,5	132,3	284,5	8,1	86,2	172,6	4,4	46,1
Out	12,7	135,1	290,4	8,7	88,8	177,6	3,9	46,3
Nov	11,9	136,1	292,7	8,7	90,7	181,5	3,2	45,4

Fonte: MDIC/Secex.

1 – Referentes aos últimos 12 meses.

As exportações, em novembro de 2006, totalizaram US\$ 11,9 bilhões, uma cifra recorde histórica para o referido mês no comércio exterior brasileiro. Em relação a novembro de 2005, as exportações cresceram 10,0%.

As importações somaram US\$ 8,7 bilhões. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, as compras externas elevaram-se 29,1%.

O saldo de novembro no comércio exterior brasileiro ficou em US\$ 3,2 bilhões.

Diante deste quadro, pode-se destacar a manutenção extraordinária do valor acumulado nos últimos 12 meses das exportações acima de US\$ 120 bilhões desde o início do ano de 2006.

## IV. Setor Financeiro

Tabela 15 – Taxa de Juros Selic

Período	Acumulada no período	Taxa Real de Juros <sup>1</sup>	(em %)	
			Média do período (a.a.)	Divulgada pelo COPOM
1995	53,1	33,4	53,9	nd
1996	27,1	16,3	27,6	nd
1997	24,6	15,9	25,2	nd
1998	28,6	26,4	29,5	nd
1999	25,1	4,3	26,3	nd
2000	17,3	6,9	17,6	nd
2001	17,3	6,2	17,5	nd
2002	19,1	-5,8	19,1	nd
2003	23,3	14,5	23,4	nd
2004	16,2	3,6	16,2	nd
2005	19,0	17,6	19,1	nd
Nov	1,4	1,0	18,9	18,50
Dez	1,5	1,4	18,2	18,00
2006				
Jan	1,4	0,7	17,7	17,25
Fev	1,1	1,2	17,3	17,25
Mar	1,4	1,9	16,7	16,50
Abr	1,1	1,1	16,2	15,75
Mai	1,3	0,9	15,7	15,75
Jun	1,2	0,5	15,2	15,25
Jul	1,2	1,0	15,0	14,75
Ago	1,3	0,8	14,7	14,25
Set	1,1	0,8	14,2	14,25
Out	1,1	0,3	14,0	13,75
Nov	1,0	0,4	13,6	13,25

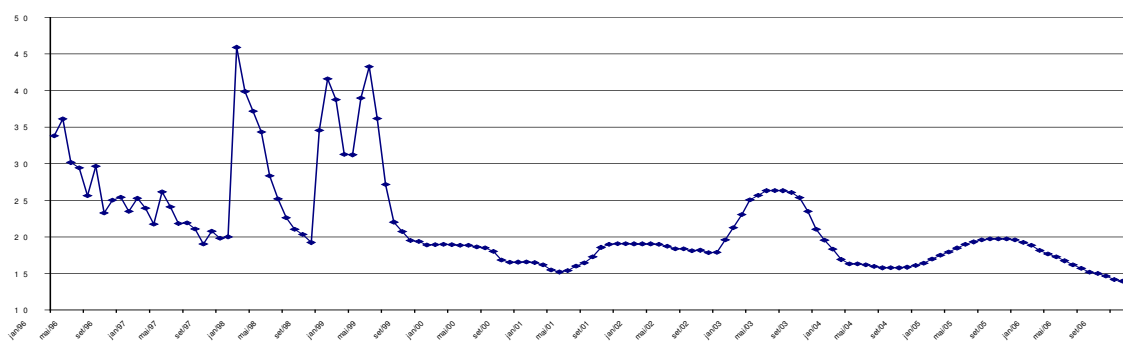
Fonte: Bacen.

1 – Trata-se do acumulado no período, deflacionado pelo IGP-DI.

nd – dado não disponível.

Gráfico 3 – Taxa de Juros - Selic

(% a.a. - média mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 16 – *Spread* das Operações de Crédito <sup>1</sup>

(ponto percentual – média do período)

Período	Pessoa física	Pessoa jurídica	Geral	
1995	171,1	nd	nd	
1996	112,2	nd	nd	
1997	81,7	nd	nd	
1998	94,4	nd	nd	
1999	87,2	nd	nd	
2000	56,9	12,0	27,2	
2001	48,9	11,8	27,0	
2002	51,4	14,5	30,0	
2003	55,6	14,7	31,9	
2004	46,2	13,5	28,0	
2005				
	Out	43,7	14,3	29,6
	Nov	43,3	14,2	29,4
	Dez	42,7	14,0	28,8
2006				
	Jan	43,6	14,5	29,6
	Fev	43,7	15,2	30,2
	Mar	44,0	14,7	30,2
	Abri	42,9	14,9	29,7
	Mai	41,1	14,1	28,5
	Jun	40,6	13,6	28,0
	Jul	39,7	13,4	27,4
	Ago	39,6	13,5	27,5
	Set	40,2	13,5	27,8
	Out	39,9	13,8	27,8

Fonte: Bacen.

1 – Consiste em operações com recursos livres. No caso de pessoa jurídica trata-se de crédito prefixado, pós-fixado e fluante. Para pessoa física inclui-se apenas crédito prefixado.

nd - dado não disponível.

Tabela 17 – Volume de Crédito

(R\$ bilhões)

Período	Ao Setor Privado			Ao Setor Público	Total Geral	% PIB <sup>2</sup>
	Recursos Direcionados	Recursos Livres <sup>1</sup>	Total			
1994 Dez	nd	nd	nd	28,3	186,8	36,6
1995 Dez	nd	nd	nd	35,5	238,9	35,0
1996 Dez	nd	nd	nd	44,8	252,6	31,2
1997 Dez	nd	nd	nd	24,4	259,8	28,9
1998 Dez	nd	nd	nd	20,9	276,9	29,9
1999 Dez	nd	nd	nd	17,5	288,5	27,2
2000 Dez	139,3	167,7	307,0	12,3	323,1	28,0
2001 Dez	115,5	205,7	321,2	9,6	335,3	26,7
2002 Dez	146,4	222,1	368,4	12,8	383,7	24,2
2003 Dez	162,6	233,2	395,9	15,0	418,3	26,2
2004 Dez	180,8	285,4	466,2	19,2	498,7	26,9
2005						
Nov	195,2	nd	nd	20,1	590,1	30,6
Dez	203,2	nd	nd	20,6	607,0	31,2
2006						
Jan	203,4	nd	nd	20,4	608,7	31,0
Fev	202,5	nd	nd	20,8	615,6	31,2
Mar	204,6	nd	nd	20,9	625,8	31,6
Abr	206,6	nd	nd	20,8	637,4	32,0
Mai	211,2	nd	nd	21,2	654,1	32,5
Jun	212,8	nd	nd	20,9	658,5	32,4
Jul	214,4	nd	nd	20,8	669,3	32,7
Ago	215,0	nd	nd	18,5	674,1	32,7
Set	217,1	nd	nd	18,5	682,7	32,9
Out	nd	nd	nd	nd	nd	nd

Fonte: Bacen.

1 – Inclui arrendamento mercantil (leasing).

2 – PIB acumulado dos últimos 12 meses – valorizado pelo IGP-DI centrado do mês.

nd – dado não disponível.